



ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 006/2023-SEMSA/PMS

Processo Administrativo nº 1.086/2022-SEMSA/PMS

Pregão Eletrônico SRP nº 004/2022/CL/PGM/PMS

Pelo presente instrumento, o **MUNICÍPIO DE SANTANA**, por intermédio da **SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE SANTANA**, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 08.366.696/0001-86, situada na Avenida Santana, nº 2913, Bairro Paraíso – Santana/AP – CEP 68.928-060, neste ato representado por sua Secretária, **ITHIARA GUEDES DAS VIRGENS MADUREIRA**, investida no cargo por meio do Decreto Municipal nº 007/2021, doravante denominada CONTRATANTE, e, de outro lado, a empresa **TJ COMÉCIO DE PRODUTOS EIRELI - ME**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 27.274.178/0001-87, situada na AV. CANÃÁ, nº 3000, Bairro Central – ARIQUEMES/RO – CEP 76870-140, tjvendasespeciais@gmail.com, (69) 99229-8030/99229-7918, neste ato representada por sua Representante Legal, **TEREZINHA DE JESUS ARAÚJO DE OLIVEIRA BERNARDINELI**, brasileira, casada, empresária, portador(a) do RG nº 350.280, expedido pela SSP/RO, inscrito no CPF/MF sob o nº 326.813.642-72, com domicílio na Av. Rio Branco, nº 3735, Bairro Jardim Jorge Teixeira – Ariquemes/RO – CEP 76.876-580, doravante denominada CONTRATADA, resolvem, de comum acordo, firmar o presente Contrato Administrativo, sujeitando-se às normas da legislação em vigor e às cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1. A presente Ata tem por objeto o Registro de Preços para o fornecimento de Equipamentos de Informática e Materiais Correlatos oriundos do PE SRP nº 004/2022/CL/PGM/PMS dos itens fracassados, para atender as necessidades da Secretaria Municipal de Saúde de Santana.

1.2. A contratação deve atender às necessidades da Secretaria Municipal de Saúde de Santana nas condições, quantidades e exigências estabelecidas neste instrumento, conforme quantidades, descrições e condições previstas neste instrumento, no Edital do Pregão Eletrônico SRP nº 004/2022-CL/PMS e Termo de Referência e demais anexos.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA VALIDADE DA ATA

2.1. A presente Ata de Registro de Preços tem validade de 12 (doze) meses, a contar da data de sua assinatura.

CLÁUSULA TERCEIRA – DO GERENCIAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

3.1. O gerenciamento da presente Ata de Registro de Preços ficará a cargo da Secretaria Municipal de Saúde de Santana.

CLÁUSULA QUARTA – DOS PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTIDADES

4.1. Os preços, especificações e quantidades dos materiais adquiridos, bem como a empresa DETENTORA DA ATA, ficam registrados nesta Ata de Registro de Preços, respeitada a ordem de classificação obtida no certame licitatório, da seguinte forma:

ITEM	DESCRIÇÃO	MARCA/ MODELO	UND.	QTD	VALOR UNITARIO	VALOR TOTAL
02	SWITCH DE 24 PORTAS 10/100/1000: Portas incluídas: portas RJ-45, Tipo de telecomunicação: Store and forward, Capacidade de comutação: 4.8 Gbps, É administrável: Não, Largura x Profundidade x Altura: 294 mm x 180 mm x 44 mm.	TENDA TEG1024D	UND	20	R\$ 775,45	R\$ 15.509,00
TOTAL DE ITENS					20	



VALOR GLOBAL DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS	R\$ 15.509,00
--------------------------------------------------	----------------------

Razão Social: TJ COMÉCIO DE PRODUTOS EIRELI - ME		
CNPJ. Nº. 27.274.178/0001-87		Inscrição Estadual nº 4743318
Representante legal: TEREZINHA DE JESUS ARAÚJO DE OLIVEIRA BERNARDINELI		
Endereço: AV. CANÃÃ, 3000		Bairro: CENTRAL
Telefone: (69) 99229-8030/99229-7918	E-mail: tjvendasespeciais@gmail.com	
Cidade: ARIQUEMES	Estado: RO	CEP. nº 76870-140
Banco: BANCO BRASIL	Agência nº: 1178-9	Conta nº: 63.662-2

CLÁUSULA QUINTA – DO CADASTRO RESERVA

5.1. Ficam registrados no quadro abaixo, nos termos do art. 12 do Decreto Estadual nº 3.182/2016, para contratações futuras, os seguintes fornecedores e preços para formação do “cadastro reserva”, caso o registro da Ata seja cancelado, respeitando sua ordem de classificação, como manda o art. 15, § 3º:

EMPRESA	LOTE
Não houve interessados	-

CLÁUSULA SEXTA – DOS INSTRUMENTOS LEGAIS FIRMADOS ENTRE AS PARTES

6.1. Após a assinatura da presente Ata e convocação formal, a DETENTORA DA ATA deverá assinar o instrumento contratual e retirar a Nota de Empenho, no prazo de até 5 dias.

6.2. É facultado à Administração, quando a DETENTORA DA ATA, após ser convocada, não assinar a Ata de Registro de Preços no prazo e condições estabelecidos, convocar as licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas mesmas condições propostas pelo primeiro classificado.

6.3. O Sistema de Registro de Preços não obriga a compra, nem mesmo nas quantidades indicadas no Anexo I do Edital, podendo a Administração promover a aquisição em unidade, de acordo com suas reais necessidades.

6.4. A Secretaria Municipal de Saúde de Santana não está obrigada, durante a vigência do registro de preços, a efetuar aquisições que dele poderão advir, podendo realizar licitações específicas para a aquisição pretendida, ficando assegurado ao beneficiário do registro a preferência de fornecimento em igualdade de condições.

6.5. O direito de preferência de que trata o subitem anterior poderá ser exercido pelo beneficiário do registro quando a SEMSA, após realizada a licitação específica, constatar que o preço obtido é igual ou maior que o registrado ou, após negociação, aquiescer a DETENTORA DA ATA em baixar o preço registrado, igualando-o ou tornando-o menor que o obtido na referida licitação.

6.6. Durante a vigência da Ata, os preços registrados serão fixos e irrevogáveis, exceto nas hipóteses devidamente comprovadas de ocorrência de situação prevista no art. 65, II, 'd', da Lei Federal nº 8.666/1993, ou de redução dos preços praticados no mercado.

CLÁUSULA SÉTIMA – DA UTILIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

7.1. A presente Ata de Registro de Preços poderá ser usada pelo ÓRGÃO GERENCIADOR DA ATA ou qualquer órgão ou entidade da Administração que não tenha participado do certame, mediante prévia consulta ao ÓRGÃO GERENCIADOR DA ATA, desde que devidamente comprovada a vantagem econômica.

7.2. O quantitativo decorrente das adesões não poderá exceder, por órgão ou entidade, a 100% (cem por cento) do quantitativo de cada item registrado, independentemente da quantidade de órgãos que promoverem a adesão, conforme art. 24, § 3º, do Decreto Estadual nº 3.182/2016.

CLÁUSULA OITAVA – DAS OBRIGAÇÕES DO ÓRGÃO GERENCIADOR DA ATA

8.1. Gerenciar a presente Ata, indicando, sempre que solicitado, o nome do DETENTOR DA ATA, o preço, e as especificações dos materiais registrados, observada a ordem de classificação indicada na licitação.



- 8.2. Observar para que, durante a vigência da presente Ata, sejam mantidas todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, bem assim, a compatibilidade com as obrigações assumidas.
- 8.3. Conduzir eventuais procedimentos administrativos de renegociação de preços registrados, para fins de adequação às novas condições de mercado, e de aplicação de penalidades.
- 8.4. Acompanhar a evolução dos preços de mercado, com a finalidade de verificar sua compatibilidade com aqueles registrados na Ata.
- 8.5. Acompanhar e fiscalizar o cumprimento das condições ajustadas na presente Ata.
- 8.6. Consultar o DETENTOR DA ATA registrada (observada a ordem de classificação) quanto ao interesse em fornecer o material a outro(s) órgão da Administração Pública que externe(m) a intenção de utilizar a presente Ata, conforme item 7.1.

CLÁUSULA NONA – DAS OBRIGAÇÕES DO DETENTOR DA ATA

- 9.1. Fornecer os materiais obedecendo rigorosamente ao disposto no Anexo I do Edital do Pregão Eletrônico SRP nº 004/2022-CL/PGM/PMS.
- 9.2. Providenciar a imediata correção de deficiências, falhas ou irregularidades constatadas pelo ÓRGÃO GERENCIADOR, referentes às condições firmadas na presente Ata.
- 9.3. Viabilizar o atendimento das condições firmadas a partir da data da publicação da presente Ata.
- 9.4. Informar, no prazo máximo de cinco dias úteis, contados do recebimento da notificação, quanto à aceitação ou não do fornecimento de material a outro órgão da Administração Pública (não participante) que venha a manifestar o interesse de utilizar a presente Ata.

CLÁUSULA DÉCIMA – DAS PENALIDADES

- 10.1. Com fundamento no art. 7º da Lei Federal nº 10.520/2002 e no Decreto Federal nº 10.024/2019, ficará impedida de licitar e contratar com a União, Estados, Distrito Federal ou Municípios e será descredenciada no SICAF e no cadastro de fornecedores da SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE SANTANA, pelo prazo de até cinco anos, garantida a ampla defesa, sem prejuízo das cominações legais e multa a licitante e a adjudicatária que:
 - 10.1.1. Não retirar ou não aceitar a nota de empenho, quando convocada dentro do prazo de validade de sua proposta;
 - 10.1.2. Deixar de entregar documentação exigida neste Edital;
 - 10.1.3. Apresentar documentação falsa;
 - 10.1.4. Ensejar o retardamento da execução de seu objeto;
 - 10.1.5. Não mantiver a proposta;
 - 10.1.6. Falhar ou fraudar na execução do contrato;
 - 10.1.7. Comportar-se de modo inidôneo;
 - 10.1.8. Fizer declaração falsa;
 - 10.1.9. Cometer fraude fiscal.
- 10.2. A DETENTORA DA ATA estará sujeita à multa de 10% (dez por cento) do valor contratado para a contratação quando incorrer em uma das hipóteses da condição anterior.
- 10.3. Com fundamento nos artigos 86 e 87 da Lei n.º 8.666/93, a DETENTORA DA ATA ficará sujeita, no caso de atraso injustificado, assim considerado pela Administração, inexecução parcial ou inexecução total da obrigação, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal, assegurada a prévia e ampla defesa, às seguintes penalidades:
 - 10.3.1. multa de:
 - a) 0,2% (dois décimos por cento) ao dia sobre o valor adjudicado caso o material seja entregue com atraso, limitada a incidência a 15 (quinze) dias. Após o décimo dia e a critério da Administração, no caso de entrega com atraso, poderá ocorrer a não-aceitação do objeto, de forma a configurar, nessa hipótese, inexecução total da obrigação assumida, sem prejuízo da rescisão unilateral da avença.
 - b) 5% (cinco) sobre o valor adjudicado, em caso de atraso na entrega do objeto, por período superior ao previsto na alínea 'a', ou de inexecução parcial da obrigação assumida;
 - c) 10% (dez por cento) sobre o valor adjudicado, em caso de inexecução total da obrigação assumida.



CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DAS ALTERAÇÕES

11.1. O(s) contrato(s) advindo(s) da presente Ata poderá(ão) sofrer alterações, obedecidas as disposições contidas no art. 65, da Lei 8.666/93.

11.2. O ÓRGÃO GERENCIADOR DA ATA acompanhará a evolução dos preços de mercado, com a finalidade de verificar sua compatibilidade com aqueles registrados na Ata.

11.2.1. Serão considerados compatíveis com os de mercado os preços registrados que forem iguais ou inferiores a média daqueles apurados pela SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE SANTANA.

11.3. Quando o preço inicialmente registrado se tornar superior ao preço médio praticado no mercado, o ÓRGÃO GERENCIADOR DA ATA solicitará à DETENTOR DA ATA, por escrito, redução do preço registrado, de forma a adequá-lo aos níveis definidos nos termos do subitem anterior.

11.3.1. Quando o preço registrado se tornar superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o ÓRGÃO GERENCIADOR DA ATA convocará os fornecedores para negociarem a redução dos preços aos valores praticados no mercado.

11.3.2. Caso a DETENTORA DA ATA não concorde em reduzir o preço, será liberado do compromisso assumido, devendo o ÓRGÃO GERENCIADOR DA ATA convocar os demais licitantes, visando igual oportunidade de negociação.

11.4. Quando o preço de mercado se tornar superior aos preços registrados e a DETENTORA DA ATA, mediante requerimento devidamente comprovado, não puder cumprir o compromisso, o ÓRGÃO GERENCIADOR DA ATA poderá:

a) liberar a DETENTORA DA ATA do compromisso assumido, sem aplicação da penalidade, confirmando a veracidade dos motivos e comprovantes apresentados, e se a comunicação ocorrer antes do pedido de fornecimento;

b) convocar os demais detentores da ata visando igual oportunidade de negociação.

11.5. Não havendo êxito nas negociações de que tratam os subitens anteriores, o ÓRGÃO GERENCIADOR DA ATA deverá proceder à revogação da Ata de Registro de Preços.

11.6. Na fase de homologação da licitação, o registro de preço observará entre outras as seguintes condições:

11.6.1. Será incluído, na respectiva Ata de Registro de Preços, os licitantes que aceitem cotar os bens ou serviços com os preços iguais ao do licitante vencedor na sequência da classificação do certame.

11.7. A Ata de Registro de Preços estará integralmente vinculada ao presente Edital, inclusive aos seus Anexos em todas as suas cláusulas e às propostas recebidas e homologadas por ocasião da sessão pública do certame, independentemente de transcrição, bem como obedecerá, na íntegra, o Decreto Estadual nº 3.182/2016, e, subsidiariamente à Lei Federal nº 8.666/1993, e a toda a legislação pertinente.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DO CANCELAMENTO

12.1. A DETENTORA DA ATA, assegurados o contraditório e a ampla defesa, terá seu registro cancelado quando:

a) Não cumprir as obrigações da presente Ata;

b) Não retirar a nota de empenho no prazo estabelecido pela Administração sem justificativa aceitável;

c) Não aceitar reduzir seu preço registrado na hipótese de este se apresentar superior aos praticados no mercado;

d) Por razões de interesse público devidamente demonstrado e justificado pela Administração.

12.2. A DETENTORA DA ATA poderá solicitar o cancelamento de seu registro, na ocorrência de fato superveniente que venha comprometer a perfeita execução contratual, decorrente de caso fortuito ou força maior devidamente, comprovados.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA ENTREGA E CRITÉRIOS DE ACEITAÇÃO DO OBJETO

13.1. A entrega deverá ser efetuada a Comissão devidamente instruída para recebimento do objeto deste Termo, na sede da Secretaria Municipal de Saúde, localizada na Av. Santana, nº 2975, Bairro: Paraíso, Santana-AP, em dias úteis, no horário das 08h00 às 14h00min e, excepcionalmente, desde que previamente agendado com a Coordenação, poderá ser feito nos finais de semana e/ou feriado.



13.2. Os produtos serão recebidos provisoriamente no prazo de 02 (dois) dias, pelo (a) responsável do Setor de Informações da SEMSA, juntamente com fiscal do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes nesse termo de referência e na proposta.

13.3. Os produtos poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes nesse termo de referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 3 (três) dias os produtos a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades;

13.4. Os produtos serão recebidos definitivamente no prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados do recebimento provisório, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo circunstanciado lavrado pelo responsável do Setor de Informações SEMSA, juntamente com a comissão fiscalizadora designada; que deverá contar o material recebido e fiscalizar a regularidade dos itens conforme a ata de registro de preços ou contrato;

13.4.1. Na hipótese da verificação a que se refere o subitem anterior não ser procedida dentro do prazo fixado, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento definitivo no dia do esgotamento do prazo;

13.5. O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato.

13.6. As entregas dos produtos deverão ser feitas parceladamente, de acordo com a necessidade e solicitação da Secretaria Municipal de Saúde – SEMSA/PMS.

13.7. O prazo para entrega do produto será de até 20 (vinte) dias corridos, contados a partir do recebimento da nota de empenho e solicitação de entrega.

13.8. Todos os produtos, objeto deste termo de referência deverão ter DOT com data de fabricação não superior a 12 meses conforme ABNT NBR NM 251:2001, no ato da sua entrega.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DA PUBLICIDADE

14.1. O(s) preço(s), a(s) quantidade(s), o(s) Detentor(es) da Ata e a(s) especificação(ões) resumida(s) do objeto e as quantidades, como também as possíveis alterações da presente Ata, serão publicadas no Diário Oficial do Município de Santana, em obediência ao § 3º, III, do art. 13 do Decreto Estadual nº 3.182/2016 e art. 20 do Decreto Federal nº 10.024/2019, no Diário Oficial da União, em se tratando de recurso federal.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

15.1. Integram a presente Ata o Processo Administrativo nº 1.086/2022-PMS, o Edital do Pregão Eletrônico SRP nº 004/2022-CL/PMS e as propostas, com preços e especificações.

15.2. As questões decorrentes da execução deste Instrumento, que não possam ser dirimidas administrativamente, serão processadas e julgadas na Justiça Estadual, no Foro da cidade de Santana, Estado do Amapá, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja salvos os casos previstos no art. 102, inciso I, alínea “d”, da Constituição Federal.

15.3. Na contagem de todos os prazos estabelecidos nesta Ata, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento, e considerar-se-ão os dias consecutivos, exceto quando for explicitamente disposto em contrário.

15.3.1. Se o vencimento cair em dia que não houver expediente nesta Secretaria, os prazos de que trata o subitem 15.3 serão prorrogados para o primeiro dia útil seguinte.

E, por estarem justas e contratadas, as partes declaram aceitar todas as disposições firmadas, pelo que assinam este Contrato em três vias de igual teor e forma, para que surtam o mesmo efeito.

Santana, 20 de março de 2023.

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
Ithiara Guedes das Virgens Madureira

TJ COMÉCIO DE PRODUTOS EIRELI - ME
TEREZINHA DE JESUS ARAÚJO DE OLIVEIRA BERNARDINELI



Secretária
ÓRGÃO GERENCIADOR DA ATA

Representante Legal
DETENTORA DA ATA

TESTEMUNHA 1
CPF:

TESTEMUNHA 2
CPF: